

SOCIEDADES HUMANAS E O ESPAÇO COMO VECTOR DE DESENVOLVIMENTO: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Francisco de Sande Lemos

Arqueólogo, PhD (Pré-História e História da Antiguidade).

sandeleemos@gmail.com

Nota prévia: neste artigo o ponto de referência principal é o Norte de Portugal (e a Galiza), zona onde trabalhamos nos últimos trinta e dois anos; no entanto as hipóteses que apresentamos, nos seus aspectos teóricos, são extrapoláveis para outras áreas da Península Ibérica, embora os modelos de organização do espaço sejam muito diversos, porquanto este subcontinente possui uma grande variedade geomorfológica e ambiental o que aliás reforça o interesse dos estudos de Arqueologia e da História da Paisagem.

1. Introdução:

As relações entre as sociedades humanas e o espaço, como vector de desenvolvimento, têm sido estudadas pela Arqueologia de forma intensiva, dentro dos limites decorrentes da disciplina: análise da cultura material (estruturas e artefactos) e dos ecofactos (vestígios que permitem reconstituir as paisagens antigas). A bibliografia é infindável e o conhecimento disponível muito amplo, mesmo para os períodos mais recuados da história do género humano. Sendo assim nesta breve intervenção apenas iremos referir alguns exemplos distribuídos ao longo da história multimilenar das comunidades humanas.

Antes, convém sublinhar que as sucessivas etapas, através das quais se chegou à espécie *Homo Sapiens Sapiens*¹, parecem caracterizar-se pela capacidade de romper as barreiras ecológicas, explorando e conquistando novos espaços. No caso do *Homo Sapiens Sapiens* o modo como se espalhou pelo planeta, a partir de África, é surpreendente. Existem várias hipóteses e cronologias (Relethford, 2008) mas nas linhas gerais há concordância. As zonas mais remotas da Euro-Ásia e da Oceania são extensivamente ocupadas. E, em escassos milhares de anos, as comunidades humanas (oriundas da Sibéria e através do estreito de Berhing, aproveitando a transgressão würmiana durante a qual o nível desceu de forma acentuada) estabeleceram-se, ao longo de todo o continente americano desde o Alasca à Argentina (Ruiz 1995/96), vencendo assim múltiplos obstáculos orográficos e ambientais.

¹ Esta designação admite por si mesmo a possibilidade de existir uma outra espécie o *Homo Sapiens Neardentensis*. Numerosos investigadores consideram, no entanto, que os neardentalídeos constituem um género distinto, pelo que o homem moderno será apenas *Homo Sapiens*.

Embora a pura vontade de explorar novos territórios possa ter sido um motivo, sabe-se que as sociedades de caçadores e recolectores do chamado Paleolítico Superior conheciam bem os recursos disponíveis em cada contexto ecológico, os quais eram geridos de forma cuidadosa pelo que se pode deduzir que a “conquista” de novos espaços seria “planeada” e tinha em devida conta a sustentabilidade. Deste modo a análise da interdependência entre os recursos disponíveis e a mobilidade espacial dos grupos humanos é muito interessante. Entre muitos casos possíveis podemos citar dois exemplos.

Ao longo das margens do rio Sena devido á exploração das areias, destinadas á construção civil da área metropolitana de Paris, têm sido descobertos os mais diversos sítios arqueológicos, incluindo vestígios de acampamentos dos caçadores de renas, normalmente protegidos por espessa camada sedimentar posterior (VVAA 1996). Como é óbvio dos muitos pontos onde estas comunidades do Paleolítico Superior da zona estacionaram, junto ás margens do rio Sena, apenas sobreviveram alguns sítios, porque em determinados anos as chuvas foram menos intensivas e os locais recobertos de uma forma suave por sucessivas camadas de argila fina. A grande maioria dos acampamentos magdalenenses (cronologia: cerca de 12 000 BP) terá sido arrastada por cheias mais violentas. Dois dos locais preservados graças a favoráveis condições post-deposicionais (ou seja os processos de alteração que um sítio arqueológico sofre após o seu abandono) foram estudados de forma sistemática: Pincevent (Leroi-Gourhan e Brézillon, 1972) e Étiolles (Olive, 1998)

As imagens não são suficientes para ilustrar o cenário que o visitante encontra, depois de removidos os sedimentos que cobriam os vestígios. Num primeiro relance parece que os locais foram abandonados há poucos dias². Conservam-se as pedras que prendiam ao solo as tendas, os seixos que delimitavam as lareiras (á entrada de cada abrigo), os blocos que funcionaram como assentos, as zonas exteriores onde eram depositados os restos de alimentação (carvões, ossos, espinhas de peixe), bem como os sectores onde talhavam os blocos de sílex a fim de fabricarem pontas de seta, raspadores, buris, lâminas, agulhas. Estes utensílios destinavam-se às múltiplas tarefas do grupo: a caça; o esquartejamento dos animais; o tratamento das peles; arranjo dos peixes; a produção de peças em osso, como arpões. Enfim elementos que serviam a vida quotidiana de uma comunidade. Os restos osteológicos predominantes são de renas, incluindo as armações, de tal modo que se deve admitir que a principal actividade destes grupos seria a caça, quer para a alimentação quer para os produtos secundários. De acordo com o estudo das armações das renas foi possível determinar que os grupos estacionavam naqueles dois pontos (Pincevent e Étiolles) durante vários meses da Primavera até ao Outono. Os *habitats* eram abandonados quando as primeiras neves começaram a cair, com maior intensidade, e as manadas de renas se encaminharam mais para Sul. Nessa época o limite da zona coberta por gelo alcançava o Norte da França. Assim, conforme a evolução da temperatura e a distância aos recursos cinegéticos, em cada ano o grupo escolhia o momento mais adequado para levantar o acampamento, recolher as peles que envolviam a estrutura das tendas, reunir os utensílios indispensáveis e os objectos pessoais, partindo á procura de um novo espaço de assentamento, provavelmente guiados pela sabedoria e experiência dos mais velhos, ou elementos mais dinâmicos, elementos da comunidade. Tanto em Pincevent como em Étiolles os grupos regressaram

² O autor teve oportunidade de participar em duas campanhas de trabalhos arqueológicos em Pincevent e de se deslocar a Étiolles poucos dias após a descoberta do acampamento.

por várias vezes ao mesmo local de assentamento, num ritmo geracional (Taborin, 1994).

Aliás foram as comunidades do Paleolítico Superior que produziram a magnífica Arte das cavernas, pelo que se pode deduzir que tinham um pensamento tão elaborado como o nosso, capaz de representar a realidade tal como o homem do século XXI. Embora o acesso aos seus conhecimentos, à sua mitologia e literatura oral nos esteja vedado para sempre, é lógico presumir que conheciam de forma detalhada o espaço em que se movimentavam e que aproveitavam, de forma planeada, os recursos disponíveis, assegurando deste modo a perpetuação do grupo e mesmo o seu desenvolvimento, pois a Arte é uma forma de Cultura, porventura a mais elaborada.

No entanto as primeiras descobertas da chamada Arte das cavernas foram consideradas como falsificações, pois em finais do século XIX parecia impossível que os supostos rudes bandos de caçadores do Paleolítico fossem dotados de um pensamento estético tão elaborado. Os dados científicos (crono-estratigrafia) esclareceram todas as dúvidas e mesmo os mais cépticos foram forçados a admitir que as pinturas das cavernas eram obra de artistas que tinham vivido na última Idade do Gelo. Todavia a circunstância da Arte do Paleolítico Superior se circunscrever, na França e Norte de Espanha, a espaços fechados limitou a análise das pinturas existindo múltiplas interpretações em aberto, designadamente a proposta estruturalista de A. Leroi-Gourhan (1965). De qualquer modo alguns investigadores como A. Laming-Emperaire (1962) colocaram a hipótese da arte se estender aos abrigos sob rocha e outros locais, posteriormente obliterados pela erosão do tempo.

A descoberta de monumentais e extensos conjuntos de arte paleolítica ao ar livre em Portugal (Vale do Côa) (Baptista, 1999 e 2008; Baptista e Reis, 2006) e Espanha (Castilla-Léon - Siega Verde) (Alcolea González e Balbín Behrmann, 2006) confirmou essa hipótese por um lado e, por outro, esclareceu a profunda da relação entre as comunidades humanas e o espaço, a complexidade do pensamento dos “selvagens” da Idade do Gelo. Compreende-se pois o interesse que a descoberta da Arte do Vale do Côa suscitou na comunidade científica e a classificação da zona onde se concentram as gravuras como Património da Humanidade.

A ideia até então dominante de iniciados, às luz de archotes, em eventuais rituais mágicos, pintando animais em cores vivas, era, de facto, apenas um fragmento de um universo intelectual mais vasto e sofisticado, que não se confinava às cavernas, mas pensava o espaço numa escala muito mais ampla.

Os vales do Douro, do Sabor, do Côa e do Águeda, onde se concentram com maior abundância as gravuras configuram um extenso território (dezenas de quilómetros quadrados), sinalizado com representações de animais, entre os quais predominam os cavalos, os auroques e as cabras (embora tenham sido figuradas outras espécies). Demonstram, por outro lado, o controlo de um amplo espaço por grupos que provavelmente habitavam no fundo dos vales abrigados, tal como foi comprovado pelo estudo do abrigo do Fariseu (Aubry e Sampaio, 2006), situado na margem esquerda do rio Côa, onde aliás também foi encontrada arte móvel, ou seja gravuras de animais incisadas em placas de xisto. As espécies representadas deslocavam-se em manadas pelos planaltos varridos pelo frio cortante de Noroeste, Norte e Leste, a partir do Outono. O espaço conjunto formado pelas bacias dos afluentes do Douro supracitados é muito extenso. As interpretações acerca da arte rupestre ao ar livre do Douro, Côa, Sabor e Águeda, variam, desde os que a consideram relacionada com ritos propiciatórios da caça

até às análises que destacam a importância das gravuras como marcadores territoriais (Baptista, Santos e Correia, 2006), hipótese que partilhamos.

Podemos supor que os pontos mais altos da região, como o Monte de S. Grabiél, situado na margem Sul do Douro, ou Monte da Senhora do Castelo de Urros (margem Norte do Douro), eram os locais onde os caçadores dos diversos grupos se reuniam e discutiam os recursos disponíveis, delimitando as áreas de caça de cada comunidade, de modo a evitar assim conflitos desnecessários. Estabeleciam-se também laços inter-comunitários e uma dinâmica social. Deste modo as comunidades do Paleolítico Superior daquela zona mantinham com o espaço uma profunda relação, em que a sociedade e o território formavam como que um único corpo, em sentido lato (Deleuze e Guattari 1972).

No seu conhecido livro “La Pensée Sauvage” (1962) o pensador francês Claude Lévy-Strauss, em especial no primeiro capítulo, revela como o território das comunidades estudadas por equipas de etnólogos era classificado de forma detalhada, incluindo os recursos botânicos. As comunidades indígenas organizavam quadros taxomónicos específicos em que a par das características de cada planta eram incluídas as suas diversas aplicações (no quotidiano, rituais e medicinais). O conhecimento profundo dos recursos é tanto mais necessário quanto as condições ecológicas são adversas, como por exemplo no caso dos povos que ocupavam o deserto do Kalahari, os chamados Bochimanes (Guerreiro, 1968).

A partir do Neolítico (sociedades agrícolas), ou seja com início no contexto designado *optimum* climático, também referido como período Atlântico, a intervenção das comunidades humanas no espaço é cada vez mais extensa, com processos de desflorestação por meio de queimadas, como ficou demonstrado na Galiza (Ramil *et al.*, 1996). Por outro lado, na vertente simbólica, as sociedades marcam o território, não só com Arte Rupestre (abstracta), prolongando a tradição do paleolítico e mesolítico, mas também através das tumulações que se inscrevem na linha do horizonte. São as estruturas funerárias que os arqueólogos designam como monumentos megalíticos, antas ou dolmens, cobertos por couraças pétreas e terra. A cartografia destes marcadores funerários, de que ainda se conservam milhares, revela uma ampla área de distribuição, por planícies, vales e montanhas, incluindo chãs e cabeços de elevada altitude, como por exemplo no Planalto de Castro Laboreiro em Portugal e Galiza (Bettencourt, 2009). De acordo com as análises cartográficas os monumentos formam grupos de número variável, distribuindo-se estes grupos ao longo de corredores naturais de circulação, ou assinalando determinados patamares de altitude (Bettencourt, 2009). Considera-se assim que estes túmulos marcam eixos de trânsito e limites territoriais entre comunidades que, deste modo, operaram uma dupla apropriação do espaço, como território simbólico (culto dos mortos) e como terrenos de exploração agro-silvo-pastoril (Criado Boado 1988 e 1989). Aliás, em contraposição, os povoados, onde viviam os construtores dos monumentos megalíticos, são muito discretos de tal modo que a sua descoberta é quase sempre ocasional, quando se rompe uma estrada, por exemplo.

Na Idade do Bronze (II milénio a. C) o conhecimento do espaço e o seu uso torna-se intensivo. De acordo com os dados polínicos a vegetação dos cumes e chãs das serras foram devastadas por queimadas periódicas, pelo pastoreio e recolha do mato (Ramil *et al* 1996). No período designado como Idade do Bronze Final, a partir de finais do II milénio antes de Cristo o sistema de aproveitamento da biomassa do espaço envolvente dos povoados está bem documentado pela Arqueologia, através da análise comparada da palinologia (estudo dos pólenes) e da antracologia (estudo dos carvões). A Citânia de S.

Julião é um povoado com uma ocupação inicial da Idade do Bronze, localizado a Norte de Braga (no concelho de Vila Verde) e estudado de forma sistemática ao longo de vários anos pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Martins, 1988b e 1990; Bettencourt, 2000a). Nas escavações recolheram-se abundantes vestígios antracológicos que permitem deduzir que a comunidade que se estabeleceu no cume de um esporão (pertencente aos contrafortes do extremo ocidental da Serra Amarela) aproveitou não só as espécies da mata ribeirina (Rio Homem, afluente do Cávado) como também o mato que crescia na Serra de modo a ser utilizado como cama do gado (Figueiral 2000). Obtinha-se assim o estrume que permitia adubar os campos agrícolas explorados pelos habitantes da Citânia, onde se cultivava o milho miúdo, bem como diversas leguminosas.

Este modelo de aproveitamento do território, observável noutros *habitats* (Bettencourt 2000b) pode ser considerada a matriz inicial a partir da qual se desenvolveu toda a economia agro-silvo-pastoril que perdurou até meados do século XX. Na Galiza a organização tradicional do espaço rural foi estudado de forma assinalável pelo geógrafo francês Abel Bouhier (1979), cuja obra teve uma profunda influência nos estudos arqueológicos das décadas subsequentes, de tal modo que um dos principais centros de investigação de Arqueologia da Paisagem está localizado em Santiago de Compostela (Criado Boado 2005). Abel Bouhier (1979) demonstrou que o mundo rural galego dependia das montanhas, em especial dos baldios como “armazéns” de biomassa indispensáveis à renovação dos solos e à sustentabilidade das aldeias, dito de outro modo como reservas energéticas³.

Para além de uma gestão bem fundamentada e ponderada, ao pormenor, dos recursos naturais a Citânia de S. Julião, bem como outros povoados na mesma época do Norte de Portugal (Martins, 1990; Lemos, 2009), beneficiavam de um posicionamento geoestratégico que assegurava o controlo visual não só dos extensos terrenos necessários à produção da bio-massa, como também dos corredores naturais de circulação de pessoas e bens. Dominavam assim os processos de intercâmbio entre diversas zonas, designadamente de artefactos exóticos importadas do Mediterrâneo e de matérias primas como o ouro e o estanho, sob a forma de lingotes ou mesmo de jóias (o Noroeste era uma zona produtora de metais preciosos, que podiam ser recolhidos por bateamento das areias fluviais ou mesmo por desmonte de filões de menor dureza) (Fonte et al. 2008).

Na subsequente época histórica, designada como Idade do Ferro (entre os séculos VIII e I antes de Cristo) o território é estruturado de um modo cada vez sofisticado. Os povoados, ao contrário do Neolítico e da Idade do Bronze, destacam-se na paisagem. Nos cumes erguiam-se os sistemas defensivos formados por várias linhas de muralha, que protegiam os aglomerados de casas. No litoral o aumento demográfico e da produtividade terá provocado o desenvolvimento da desigualdade social. Nos dois últimos séculos do I milénio antes de Cristo surgem os grandes castros, pequenas

³ A partir de meados do séc. XX a ocupação dos baldios pelos Serviços Florestais, tanto no Norte da Espanha como em Portugal compeliu à emigração milhares de aldeãos e destruiu, para sempre, um tecido económico que hoje seria competitivo de tal modo estava bem articulado (agricultura, pecuário, bosques). A PAC desferiu o golpe de misericórdia, e não se vislumbram formas de recuperar um modelo que seria perfeitamente viável, podendo abastecer os mercados das cidades próximas com uma ampla variedade de produtos bio-ecológicos (leite, queijos, carne de caprinos e bovinos, etc...).

idades como a Citânia de Briteiros (Guimarães). Na Citânia de S. Julião foi descoberta uma estátua de guerreiro, em granito, que tanto pode representar o chefe do povoado como um herói mítico, antepassado comum às diversas linhagens que asseguravam o governo. Um pormenor curioso, mas elucidativo, é a inscrição em latim gravada posteriormente, no escudo do guerreiro: *Malceino*, filho de *Dovilon*. Ora segundo um investigador (Silva 2005) *Dovilon* significa montanha, podendo ler-se: *Malceino*, herdeiro da montanha. Assim o chefe ou antepassado mítico é assumido como garante de um espaço colectivo indispensável ao desenvolvimento da Citânia de S. Julião.

O facto da quase totalidade dos castros serem fortificados indicia rivalidades contínuas, conflitos territoriais frequentes. Na verdade o desenvolvimento económico dos castros estava dependente da superfície dos baldios sob o controlo de cada um ou de um pequeno grupo deles (que formava um *castellum*). No caso da Citânia de Briteiros a análise locacional SIG (Fonte *et al*, no prelo) permite conclusões muito interessantes: a uma micro-escala observa-se o controlo dos férteis terrenos do vale do Ave; a uma macro-escala, a visibilidade estende-se para as serras do interior alcançando os cimos da serras do Gerês e da Cabreira. O domínio visual de um extenso sector do vale do Ave, corredor natural de circulação, é outro aspecto assinalável. Efectivamente na análise da distribuição dos povoados da II Idade do Ferro do Noroeste de Portugal (Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes Ocidental) a Citânia de Briteiros destaca-se como uma plataforma logística que assegurava o tráfico entre os povoados do litoral (faixa costeira do Entre Douro e Minho) e os do interior (Trás-os-Montes Ocidental) (Fonte *et al* 2008; Lemos *et al*. no prelo). Os principais produtos que circulavam para o interior eram o sal e bens exóticos. No sentido inverso metais, como o ouro ou o estanho e talvez escravos (González Ruibal 2006/07).

A interpretação articulado da distribuição dos castros e da análise locacional SIG da Citânia de Briteiros permite mesmo traçar as várias rotas de circulação das mercadorias. No quadro global do Noroeste de Portugal existia, pois, uma rede de povoados que cumpria a função de plataforma logística, eixo central de um sistema de trocas que favoreceu o desenvolvimento do Sudoeste da *Callaecia*, como zona mais dinâmica do Noroeste Peninsular (Lemos, 2009). Para se compreender este planeamento ao nível da macro-escala é necessário admitir que os grandes castros, como por exemplo a Citânia de Briteiros, eram governados por elites que possuíam um conhecimento aprofundado do espaço e estavam ligadas entre si por alianças políticas e matrimoniais (Lemos e Cruz, 2007). Conhece-se mesmo o nome de algumas dessas famílias aristocráticas como era o caso dos *Camali* da Citânia de Briteiros cujas residências ocupavam a zona mais alta do povoado (Lemos e Cruz, 2007). Estes *Camali* vão participar mais tarde no governo de *Bracara Augusta* e de novos aglomerados secundários fundados no âmbito da reorganização territorial romana. Admite-se, por outro lado, que existiam lugares “neutros” onde se reuniam periodicamente os representantes das famílias que governavam os principais castros, lugares que também seriam mercados regionais (Lemos, 2007/2008).

A par destes grandes castros do Sul da Galiza e do Noroeste de Portugal, conservam-se nas zonas ocidentais das províncias Léon (Fernández-Posse, 2000) e de Zamora bem como em Trás-os-Montes Oriental (Lemos, 1993) pequenos povoados, bem articulados com a rede hidrográfica, onde não se notam sinais de desenvolvimento. No os recursos do espaço envolvente asseguravam essa possibilidade. Aparentemente as comunidades que habitaram estes povoados fortificados, ditos segmentários (pois admite-se a hipótese que alcançado um certo patamar demográfico se cindisse, criando novos

habitats) optaram pela igualdade social e pelo equilíbrio ecológico (Lemos, 1993; Fernández-Posse, 2000). De qualquer modo após a conquista romana determinados grupos adquiriram o estatuto de magistrados, de mediadores entre as comunidades e poder romano. A coesão destas comunidades é ilustrada pela epigrafia funerária (Lemos 1993).

2. O planeamento do espaço nas sociedades complexas.

Tanto a Arqueologia como a Etnologia demonstraram, de forma inequívoca, que as sociedades humanas sem escrita, nem por isso, possuíam um conhecimento menos profundo do espaço que as envolvia, aproveitando todos os recursos, mesmo os mais discretos. Este saber “primitivo”, em que a comunidade e o espaço se articulam de forma harmoniosa, ou pelo menos sensata e reflectida, é quebrado pelas sociedades mais complexas e em expansão, que pensam o espaço numa outra escala e como exercício de poder total (Deleuze e Guattari, 1972). O aparato mitológico que envolvia a apropriação do espaço pode subsistir, mas como categoria puramente ritual. É, aliás, no âmbito destas novas sociedades complexas que se desenvolve a cartografia bem como a Geografia como saber racional, inventário descritivo e cognitivo das características e recursos do espaço. Basta citar o nome de Estrabão, o geógrafo ao serviço do Império, que retratou os espaços recentemente conquistados por Augusto, no Norte da Península Ibérica, como terras de selvagens e de bárbaros a civilizar. Não tendo contactado directamente com os *populi* do Noroeste as suas referências são muito vagas. A perspectiva etnocêntrica repete-se nos relatos dos exploradores europeus de finais do século XIX (como por exemplo na narrativa da viagem de Serpa Pinto (1881).

Um dos exemplos mais conhecidos e estudado da reorganização do espaço a uma escala multi-continental é o Império Romano cujo domínio abrangia espaços europeus, asiáticos e africanos. Os governantes romanos adoptaram uma política padronizada de organização e aproveitamento dos territórios sucessivamente conquistados, embora adaptada a cada região (Lemos, 2004). *De jure*, todo o território passou a ser propriedade de Roma, do próprio imperador ou do Senado. O espaço do Império é dividido em províncias, estas em *conventus* e estes em *civitas*, a unidade básica tributiva (Orejas *et al.* 2000). De um modo geral o usufruto do território é devolvido às comunidades autóctones, sendo os seus líderes responsáveis pela entrega dos valores tributáveis. No entanto determinadas zonas poderiam continuar sob controlo directo do Imperador, como por exemplo os distritos mineiros (Orejas e Sanchez-Palência, 2002) ou os acampamentos militares e terrenos circunvizinhos, necessárias ao abastecimento das legiões. As zonas de extracção de ouro, os chamados *territoria mettalorum*, numerosos na Península Ibérica, no NW, provavelmente a área mineira mais rica do Império (Sanchez-Palência, 2000) eram administrados directamente pelos funcionários do Estado Romano, com apoio de destacamento militares, como em Três Minas, na Serra da Padrela (Wahl, 1986, 1988 e 1989).

A capital da *Lusitania* era *Emerita Augusta*. O seu principal portos marítimo localizava-se em *Olisipo* (Lisboa) e o fluvial em *Myrtilis* (Mértola). O território hoje português, a Sul do Douro, estava dividido em dois *conventus* (integrados na *Lusitania*): o de *Scallabis* (Santarém) e do *Pax Iulia* (Beja). *Conimbriga*, era uma simples sede de *civitas*, embora importante por ficar no eixo terrestre atlântico, no qual também existiam outras capitais de *civitates* como *Aeminium* (Coimbra) ou *Sellium* (Tomar). O Noroeste da Península foi dividido em duas zonas principais: as Astúrias (a *Transmontana* e a *Augustana*) com sede em *Asturica* (hoje a pequena cidade de Astorga); a *Callaecia*

separada em duas jurisdições (*Bracara Augusta*, zona meridional) e *Lucus Augusti* (Lugo, área setentrional).

Através de uma delimitação espacial, em várias escalas e proporcional, bem como da construção de novas infra-estruturas, destacando-se a rede viária e os núcleos urbanos, o espaço é apropriado pelo poder romano, transformando-se num poderoso vector de desenvolvimento. Os antigos povoados fortificados da Idade do Ferro entram em declínio ou são radicalmente renovados (como aconteceu em *Conimbriga*) (Alarcão e Étienne, 1975). Os limites entre as *civitates* são assinalados com marcos divisórios. Em algumas áreas, em redor dos grandes núcleos urbanos, são organizados cadastros, mesmo nos confins do Império, como em *Bracara Augusta* (Martins 2009).

Neste quadro, em que articulam diversas escalas de planeamento e de intercâmbio, sob a tutela do Império Romano, tanto o Ocidente e Sul da Europa como a África mediterrânica e o Próximo Oriente entram numa época de grande prosperidade, verificando-se um assinalável desenvolvimento económico e cultural, consolidado nos séculos II e III. Por exemplo nos estuários do Tejo e do Sado, aproveitando os recursos piscatórios do oceano, instalaram-se grandes complexos fabris, incluindo empresas de produção de *garum* (pasta de peixe) e dos contentores (ânforas). Os produtos eram exportadas para zonas longínquas como o Mar Negro.

No século IV, num vasto espaço económico em que as línguas indígenas já seriam residuais dominam o latim e o grego. Deste modo um cidadão de *Bracara* (Paulo Orósio), residente na finisterra Oeste do Império podia acompanhar os movimentos ideológicos que então abalavam a Igreja Cristã, cuja preponderância tinha sido reconhecida em 318 pelo Édito de Milão. No sentido de procurar a doutrina mais adequada Paulo Orósio desloca-se à Palestina, passando pelo Norte de África, onde vivia uma das vozes mais autorizadas da Igreja, Santo Agostinho, em *Hipona*, não muito longe de *Cartago*. Também Egéria, uma dama bracarense, ou pelo menos nascida na *Callaecia*, empreende em 383 uma viagem aos lugares santos. Conservou-se o fragmento do manuscrito em que descreve o seu itinerário no Egipto, no Sinai e na Palestina. Viajou por terra utilizando a rede viária romana, um dos suportes básicos do espaço multicultural. O que foi, inicialmente, um projecto imperial de conquista e exploração intensiva de vastos territórios, adquiriu a partir do século II uma dinâmica intrínseca económica e multicultural que uniu espaços tão distintos como a *Britania* e a *Síria*.

A nostalgia da Europa como um possível espaço único manteve-se ao longo da Idade Média e Moderna, ocorrendo sucessivas tentativas de recuperar o Império, com a dinastia dos Filipes de Espanha, por exemplo. Na época contemporânea registou-se um processo assaz complexo de formação das nacionalidades, o declínio dos impérios euro-asiáticos, a par do desenvolvimento dos grandes impérios ultramarinos, como o Britânico.

3. Os marcadores patrimoniais inscritos no espaço.

Verificámos assim como, na sequência da invenção da agricultura, a formação das sociedades desiguais, com dinâmicas de supremacia, implicaram políticas de uso mais intensivo dos recursos e uma perspectiva política e económica do espaço, como meio de poder e mais valia. Nos grandes impérios da Antiguidade Oriental e Clássica, bem como da Idade Moderna (exemplo o Império Otomano) o controlo do espaço, através de

mecanismos muito evoluídos (mitologias, rituais, leis, redes de comunicação, etc.) foi o suporte indispensável do poder absoluto.

Esta dinâmica histórica, que se acelerou nos quatro últimos milénios, marcou a paisagem e deixou inúmeros vestígios (marcadores patrimoniais) que, actualmente, possuem um duplo valor. Por um lado são elementos que nos facultam a possibilidade de construir um conhecimento sobre esse processo milenar. Por outro lado integram, seja pela sua raridade, seja pelo seu carácter monumental, as estratégias actuais de desenvolvimento do espaço. Aliás o modo como as sociedades contemporâneas organizam a sua estratégia de aproveitamento dos recursos arqueológicos constitui uma ruptura com o passado (outrora os vestígios eram apenas considerados como sinais mitológicos ou matéria de curiosidade intelectual) (os antiquário do Renascimento).

Na verdade a emergência da Arqueologia como disciplina científica permitiu classificar os testemunhos do passado, atribuir-lhes contexto histórico e significado social. Num período inicial (segunda metade do século XIX até 1914) o usufruto do património arqueológico é limitado às elites e aos públicos das cidades europeias, onde se fundam os grandes museus com os materiais do saque desenfreado dos monumentos ultramarinos (“British Museum”; Museu do Louvre; Museu de Berlim). Estes Museus cujos projectos arquitectónicos se assemelham, nalguns casos, aos das prisões construídas na época, suscitaram a ilusão de que os fragmentos paradigmáticos do passado poderiam ser transferidos e guardados na Europa, nas capitais dos grandes impérios. Nas duas décadas subsequentes o património arqueológico é manipulado pelos regimes totalitários de forma patológica.

O final da II Guerra Mundial, assinala uma nova fase. Estabelecem-se organismos internacionais de cooperação, como a UNESCO (www.unesco.org), o Conselho da Europa (www.coe.int) ou o ICOMOS (www.international.icomos.org). Desenvolvem-se a indústrias do lazer e da cultura, verificando-se um crescente interesse público pelo passado, movimento que se tem alargado, sem retrocessos, desde meados do século XIX. A consolidação da indústria do património, atribui aos marcadores dos do passado um novo valor. Na Inglaterra, por exemplo, programas televisivos como o “Team Time” (www.channel4.com/history/microsites/T/timeteam/), ou “Time Watch” (www.bbc.co.uk/timewatch/), têm grandes audiências. A BBC está a financiar novas escavações em StoneHenge, garantido o exclusivo das filmagens (www.bbc.co.uk/history/programmes/stonehenge/).

A Arte das Cavernas, as gravuras do Vale do Côa, as antas e mamoaas, os vestígios dos povoados fortificados da Idade do Ferro, as ruínas das cidades romanas adquiriram, pois, um elevado grau de atractividade. Nesta perspectiva passaram a ser elementos inseridos nos programas de desenvolvimento do espaço, esperando-se que movimentam visitantes e que deste modo contribuíam para a economia local, regional e nacional. Mesmo os mais cépticos reconhecem o interesse do turismo patrimonial no desenvolvimento dos espaço.

Por exemplo o projecto de valorização turística da Península de Tróia, inclui uma componente de musealização das ruínas do complexo habitacional e fabril da época romana (www.troiareort.net). Numerosos municípios portugueses têm investido nestes últimos anos no património histórico e arqueológico dos seus concelhos. Grande parte da actividade arqueológica que actualmente se realiza em Portugal ainda incide na

chamada Arqueologia de Salvamento. Mas o número de projectos relacionados com a valorização do património, com objetivos culturais e turísticos é crescente.

4. O espaço do Vale do Douro (português) como vector de desenvolvimento.

O vale do Douro, em especial o sector que delimita o Noroeste Peninsular (entre a foz do Elba e o Porto) é um espaço bem marcado, de tal modo que, segundo uma descoberta recente de um édito gravado numa placa de bronze achada em Bembribe (Bierzo, Castilla-Léon) o imperador Augusto estabeleceu uma província *Transduriana* (Grau Lobo, 2000). Porém a *Transduriana* acabou por não perdurar, ficando todo o território conquistado directamente dependente de Tarragona, a capital da *Hispania* (López Barja, 2000). Ao longo dos milénios o vale do Douro, pelo menos o sector a jusante de Barca de Alva (para montante fica o chamado Douro Internacional) tem conhecido fases de maior desenvolvimento e outras de menor prosperidade. A ocupação da época pré-histórica está bem documentado, tanto no período Paleolítico (arte rupestre e abrigos) (Baptista, 2008) como em fases mais recentes (povoados calcolíticos) (Batista et al, 2006). Na Proto-História o vale terá sido uma zona de fronteira. O povoamento romano do espaço confinante com o rio está relativamente bem estudado (Lemos 1993; Almeida 2005) sabendo-se que era uma importante via de comunicação fluvial, bem como plataforma de cruzamento de caminhos terrestres que ligavam a *Lusitania* com a *Callaecia* e a *Asturia*.

Na Alta Idade Média terá sofrido as consequências de ser uma faixa de fronteira e a faixa mais interior, a Leste do Cachão da Valeira, ocorreram processos de desertificação que perduraram, apesar dos estímulos garantidos por decretos do poder régio (Dórdio 2008). Provavelmente só no século XVIII o espaço duriense recuperou a densidade populacional do período romano. O manuscrito do Corregor Columbano Ribeiro de Castro (1796), publicado por Amado Mendes (1981), é um inventário exaustivo da população, da paisagem e dos recursos de Trás-os-Montes, bem como uma bem fundamentada proposta de reordenamento político e administrativo do território, proposta que nunca se concretizou (pelo menos como foi pensada).

A delimitação do Douro Vinhateiro (em 1756 por alvará do rei D.José I), o rompimento do Cachão da Valeira (entre 1780 e 1791), a política de Antónia Ferreira (1811-1896), a criação do Vinho do Porto, alteraram profundamente a paisagem, cujas características se conservam, no essencial, apesar da crise de filoxera (século XIX) e dos novos sistemas de plantio da vinha. Todavia se o Vinho continua a ser a principal produto do Vale do Douro, os restantes recursos não estão aproveitados, apesar dos conhecimentos já acumulados. Verifica-se, no entanto, o reconhecimento internacional das potencialidades do Douro, pois concentra no seu curso, em território português, três zonas classificadas como Património da Humanidade: o Porto (1996); o Douro Vinhateiro (2001)⁴; a Arte Rupestre do Vale do Côa (1998) (www.whc.unesco.org).

⁴ “Criterion iii The Alto Douro Region has been producing wine for nearly two thousand years and its landscape has been moulded by human activities. Criterion iv The components of the Alto Douro landscape are representative of the full range of activities association with winemaking – terraces, quintas (wine-producing farm complexes), villages, chapels, and roads. Criterion v The cultural landscape of the Alto Douro is an outstanding example of a traditional European wine-producing region, reflecting the evolution of this human activity over time.” (www.whc.unesco.org).

Porém a rede de infra-estruturas está muito aquém do que seria desejável. Os cruzeiros do Douro já movimentam um considerável número de turistas (PDTVD 2007-2013). No entanto a Refer não projecta avançar para a modernização da linha de caminho de ferro entre Peso da Régua e Pocinho pelo que se deduz do seu site (www.refer.pt). O trajecto entre Pocinho e Barca de Alva continua abandonado embora recentemente tenha sido (2009) assinado um protocolo de boas intenções (www.transportesenegocios.com). A infra-estrutura hoteleira é debil (PDTVD 2007-2013). Na área dos equipamentos culturais o atraso ainda é mais evidente: só este ano foi inaugurado o Museu do Douro em Peso da Régua (www.museudodouro.pt). O Museu do Côa, embora terminado, ainda não abriu a público (www.igespar.pt).

Salvo raras excepções não há uma política integrada entre os diversos vectores de desenvolvimento. Todavia não faltaram os Planos que registam objectivos genéricos e se repetem sem grande originalidade.

Mais grave: faltam os investimentos na valorização e investigação dos marcadores do passado. O projecto desenhado por Manuel Maria Carrilho (Ministro da Cultura do I Governo de António Guterres) para o Parque Arqueológico do Vale do Côa não foi prosseguido pelos governos subsequentes, revelando-se deste modo a incapacidade (ou desinteresse) do Poder Central para seguir uma política consistente e moderna. A Direcção do Igespar, nomeada após a formação do governo de José Sócrates assumiu como um dos seus objectivos prioritários a abertura do Museu do Côa. Porém o Centro Nacional de Arte Rupestre foi extinto e as verbas para a investigação drasticamente reduzidas (www.dafinitudedotempo.blogspot.com). O último ministro da Cultura? avançou mesmo com a absurda ideia que a gestão do Parque do Vale do Côa fosse enquadrado no modelo de gestão de parcerias público/privadas (www.tribunadocarmo.wordpress.com). A operacionalidade do PAVC foi consideravelmente diminuída. De qualquer modo o conhecimento científico acumulado sobre o património de Vila Nova de Foz Côa e Torre de Moncorvo está muito adiantado, quer em relação á faixa fronteiriça da autonomia de Castilla-Léon, quer no que diz respeito a outras zonas do Douro. Aliás os responsáveis pela Junta de Castilla-Léon (www.jcyl.es) que, evidentemente, possuem uma outra perspectiva sobre a valorização do espaço e desenvolvimento sustentado estão a preparar a candidatura de Siega Verde como Património Mundial, apoiando-se na existência do Parque Arqueológico do Vale do Côa (Plan PAHIS 2004-2012).

A falta de conhecimentos sobre Lamego, um importante centro histórico com um passado que remonta à Idade do Ferro, cidade destacada nas épocas romanas, medieval e na Idade Moderna, é exasperante. Também não se compreende porque é que não existe um projecto específico destinado ao estudo e valorização do Castelo da Fonte do Milho (Peso da Régua), um sítio paradigmático do vale do Douro pois aí se conservam os mais antigos elementos da produção de vinho na época romana, datáveis do período romano. Aliás as ruínas foram adquiridas pelo Estado na década de 50 do século passado e o local tem uma esplêndida visibilidade sobre o Douro.

O caso do vale do Douro constitui matéria suficiente para se elaborar uma dissertação de doutoramento sobre as dificuldades dos Governos e da Administração Pública da II República em promover o desenvolvimento de um espaço magnífico (problema expressamente reconhecido pelo Governo na Resolução do Conselho de Ministros nº 116/2006). Entretanto, esperemos que, a breve trecho, o Vale do Douro possa beneficiar

dos resultados da equipa de missão criada no âmbito da CCRDN (www.ccr-norte.pt/pagina.php?p=100).

5. Considerações finais:

O espaço não é um objecto liso e branco. Portugal, por exemplo, possui um relevo resultante da uma história geológica muito complexa (ABFerreira 2005) e é condicionado por uma dinâmica climática específica (DBFerreira 2005). O espaço, em cada país tem uma matriz própria que aglutina múltiplos factores e variáveis, incluindo a sua história natural e humana.

Neste texto procurámos esboçar uma sumária introdução histórica ao modo como as sociedades humanas se relacionam com a espessura multidimensional do espaço. Face a esta complexidade, desde que o *Homo Sapiens Sapiens* “conquistou” o planeta, as comunidades humanas escolheram as melhores estratégias económicas, culturais e mitológicas para sobreviver e perpetuar-se, ou, nos últimos milénios, construir impérios.

Ultrapassados o positivismo ingénuo do século XIX, as críticas modernistas da primeira metade do século XX, bem como as patologias totalitárias dos anos 30 a 50, as sociedades complexas do mundo actual criaram mecanismos muito elaborados tanto do ponto de vista técnico (os SIG) como político/jurídicos (Convenções internacionais, Legislação incidente sobre o território, Planos directores de diversos níveis, etc.). Ou seja um aparato sofisticado, que também pretende incluir no presente os marcadores do passado.

Mas há pelo menos duas questões em aberto que estão para além de toda essa panóplia de instrumentos.

Qual é o significado desta nova atitude em relação ao passado inscrito no espaço? A mera expansão das indústrias de lazer e da cultura? Novas formas de exercício de poder e de desenvolvimento capitalista ou uma reconciliação social e económica com o território?

Existem, talvez, dois caminhos, no próximo futuro:

- a aceitação social passiva de novas formas mais sofisticadas de apropriação de espaço, com base em sistemas de planeamento e gestão flexíveis, no âmbito do capitalismo de mercado;
- o aumento do poder das comunidades de cidadãos livres, definindo as estratégias para a organização do espaço, mesmo que não sejam, aparentemente, as mais rentáveis e que possam entrar em conflito com os procedimentos jurídicos e técnicos estabelecidos (exemplo: a constestação à barragem do rio Tua).

Será porventura nas escolas, um dos lugares em se que processa a aprendizagem do espaço e a iniciação à sua complexidade, que se poderão formar novas gerações de cidadãos aptos a reivindicar, discutir e decidir, recuperando a iniciativa que tem sido apropriada pelo Estado.

Lisboa, 20 de Outubro de 2009

Bibliografia:

Alarcão, J. e Étienne, R. (coord.) (1975) - *Fouilles de Conimbriga*, Mission archéologique française au Portugal, Musée Monographique de Conimbriga, Paris, Édition du Boccard. 1 vol.

Alcolea González, J. J.; Balbín Behrmann, R. de (2006) – *Arte paleolítico al aire libre.El yacimiento rupestre de Siega Verde, Salamanca*. Junta de Castilla y León, Memorias Arqueología en Castilla y León, 3, Valladolid:.

Aubry, Thierry e Sampaio, Jorge (2006) - Fariseu: cronologia e interpretação funcional do sítio, *III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, 1, Pré-história - Gestos intemporais*, pp. 7-30.

Almeida, Carlos Alberto Brochado de (cord.) (2005) – *História do Douro e do Vinho do Porto, vol.1: História Antiga da Região Duriense*, editores GEHVID, ed. Afrontamento, Porto.

Baptista, António Martinho (1999) – *No Tempo sem Tempo. A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa*. Vila Nova Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa/Centro Nacional de Arte Rupestre.

- (2008) - “O Paradigma Perdido. Vale do Côa e a Arte Paleolítica de Ar Livre em Portugal”, Ed. Afrontamento e PAVC.

Baptista, António Martinho e Reis, Mário (2006) - Prospecção da Arte Rupestre na Foz do Côa. Da iconografia do Paleolítico Superior à do nosso tempo, com passagem pela IIª Idade do Ferro, *III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, 1, Pré-história - Gestos intemporais*, pp.62-94.

Baptista, António Martinho; Santos, André Tomás; e Correia, Dalida (2006) - Estruturação simbólica da arte Gravetto-Solutrense em torno do monte do Fariseu (Vale do Côa), *III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, 1, Pré-história - Gestos intemporais*, pp. 38-60.

Baptista, Lídia; Gomes, Sérgio; Jorge, Susana Oliveira; Jorge, Vítor Oliveira; Muralha, João; Oliveira, Lurdes; Pereira, Leonor Sousa; Vale, Ana Margarida; Vrlho; Gonçalo Leite; Vieira, Alexandra (2006) - Uma história de dois vizinhos, ao longo de 17 anos: Castelo Velho e Castanheirodo Vento (1989 - 2006), *III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, 1, Pré-história - Gestos intemporais*, pp. 120-136.

Bettencourt, Ana (2000a) – *O povoado de S. Julião, Vila Verde, Norte de Portugal, nos Finais da Idade do Bronze e na Transição para a Idade do Ferro*, Cadernos de Arqueologia, Monografias nº 10, Universidade do Minho, Braga.

- (2000b) – *Estações da Idade do Bronze e Inícios da Idade do Ferro da bacia do Cávado (Norte de Portugal)*, Cadernos de Arqueologia, Monografias nº 11, Universidade do Minho, Braga.

- (2009) - A Pré-História do Minho. Do Neolítico à Idade Do Bronze, *Traços de Identidade*, Universidade do Minho, pp. 70-118.

Bouhier, Abel (1979) – *La Galice. Essai Géographique et d'analyse d'un vieux complexe agraire*, Dissertação de Doutoramento, La Roche-Sur-Yon, Vendée.

Criado Boado, Felipe (1988) - Arqueología del Paisaje y Espacio Megalítico en Galicia, *Arqueología Espacial*, 12, pp. 61-118

- (1989) Megalitos, Espacio, Pensamiento, *Trabajos de Prehistoria*, CSIC, 46, pp. 75-98.

- (2005) - Presentación del laboratorio de Arqueología da Paisaxe del IEGPS (y otras cosas), *Arqueoweb: Revista sobre Arqueología en Internet*, Vol. 7, Nº. 2.

Deleuze, Gilles e Guattari, Félix (1972) – *Capitalisme et Schizofrénie. L'Anti-Œdipe*, Ed. du Minuit, Paris.

Dórdio, Paulo (2008) - Trás-os-Montes e o Alto Douro: da definição do território da Monarquia Portuguesa na Idade Média à secundarização de um espaço regional, *Actas Coloquio Internacional "Patrimonio Cultural y Territorio en el Valle del Duero"*, Zamora, [no prelo].

Fernández-Posse, M. D. – (2000) Las comunidades astures castreñas prerromanas en época prerromana, *Las Médulas (Léon). Una paisage cultural en la Asturia Augustana*, Diputación de Léon, Instituto Leonés de Cultura, pp. 49-108.

Ferreira, António Brum (2005) – Formas de Relevo e Dinâmica Geomorfológica, *Geografia de Portugal. O Ambiente Físico*, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 53-246

Ferreira, Denise Brum (2005) – Ambiente Climático, *Geografia de Portugal. O Ambiente Físico*, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 305-382.

Fonte, J.; Lemos, F. S.; Cruz, G. e Carvalho, C. 2008: “Segunda Idade do Ferro em Trás-os-Montes Ocidental”. *Férvedes*, 5. Vilalba: 309-317.

Fonte, João; Lemos, Francisco S.; Cruz, Gonçalo; e Martins, Carla Maria Braz (2007) - Mineração e Metalurgia Pré-Romana (II Idade do Ferro) em Trás-os-Montes Ocidental (Norte de Portugal), *V Simposio Internacional Minería y Metalurgia Históricas en el Suroeste Europeo*, Léon (no prelo)

Figueiral, Isabel (2000) – O povoado de S. Julião (Vila Verde, Braga): contributos da antracologia, *O povoado de S. Julião, Vila Verde, Norte de Portugal, nos Finais da Idade do Bronze e na Transição para a Idade do Ferro*, Cadernos de Arqueologia, Monografias nº 10, Universidade do Minho, Braga.

Grau Lobo, L. (2000) – Augusto en el Bierzo (2000). Crónica de um aparecido. El Edicto del Bierzo, *Augusto y el Noroeste de Hispania*, Fundación Las Médulas, Ponferrada, pp. 11-15.

González Ruibal, A. (2006-07) - *Galaicos. Poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C.-50 d.C.)*. *Brigantium*, vol 18-19. Museo Arqueológico e Histórico Castelo de San Antón. A Coruña.

Guerreiro, Manuel Viegas (1968) - *Bochimanes !KHU de Angola : estudo etnográfico*, Instituto de Investigação Científica de Angola - Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.

Laming-Emperaire, Annette (1962) - *La Signification de l'art rupestre paléolithique*. Ed. Picard, Paris.

Lemos, Francisco Sande (1993) - *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, Universidade do Minho, Braga,

- (2004) - O Poder Romano e a Reorganização territorial do Noroeste Peninsular: observações pontuais, *O Passado em Cena: narrativas e fragmentos, Livro de Homenagem ao Professor Jorge Alarcão*, Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e do Porto, Coimbra, pp. 225-246.

- 2007-08 - Antes de *Bracara Augusta*”, *Forum*, 42-43: 203-249.

- 2009: A Cultura Castreja no Minho. Espaço Nuclear dos Grandes Povoados Proto-Históricos Do Noroeste Peninsular, *O Minho. Traços de Identidade*, Universidade do Minho.

Lemos, F.; Cruz, G. (2007). *Citânia de Briteiros. Povoado Proto-Histórico. ProtoHistoric Settlement*, Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães.

Lemos, F. S.; Fonte, J.; Cruz, G.; e Valdez, J. (no prelo) - “Landscape in the Late Iron Age of Northwest Portugal”. In T. Moore and L. Armada Pita (eds.): *Atlantic Europe in the First Millennium BC: Crossing the Divide*. Oxford University Press. Oxford.

Leroi-Gourhan, A. (1965) – *Préhistoire de l'art occidental*, ed. Mazenod, Paris

Leroi-Gourhan, A. et Brézillon, M., Eds. (1972) *Fouilles de Pincevent - Essai d'analyse ethnographique d'un habitat magdalénien (la section 36)*, Paris, VII^o supplément à Gallia Préhistoire, CNRS.

López Barja, P. (2000) – La Província Transduriana, *El Edicto del Bierzo. Augusto y el Noroeste de Hispania*, Fundación Las Médulas, Ponferrada, pp. 31-46.

Martins, Manuela (1990) - *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Médio Curso do Cávado*, Cadernos de Arqueologia, Série Monografias, Braga.

- (1988b) – *O Povoado Fortificado do Lago*, Amares, Cadernos de Arqueologia – Monografias, Universidade do Minho, Braga.

- (1988c) - *A citânia de S.Julião, em Vila Verde: memória dos trabalhos realizados entre 1981-1985*. Cadernos de Arqueologia-Monografias, 2, Braga.

- 2009 – A Romanização. *O Minho. Traços de Identidade*, Universidade do Minho, pp. 216-269

Levy-Strauss, Claude (1962) – *La Pensée Sauvage*, Ed. du Plon, Paris.

Mendes, J. M. Amado (1981) -*Trás-os-Montes no fim do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796.*, INIC,Coimbra.

Olive, Monique (1988) – *Une habitation magdalénienne d'Étiolles – l'Unité P15*, Memoires de La Société PréHistorique de Française, Tome 20, 1998. CNRS e MC, Paris.

Orejas, A.; Sastre, I.; Sánchez-Palencia, F. J; e Placido, D. (2000) - El Edicto de Augusto del Bierzo e la primeira organización romana del Noroeste Peninsular, *Augusto y el Noroeste de Hispania*, Fundación Las Médulas, Ponferrada, pp. 63-112.

Orejas, A. e Sánchez-Palencia, F. J. (2002) – Mines, Territorial Organization and Social Structure in Roman Iberia: Carthago Nova and the Peninsular Northwest, *American Journal of Archaeology*, 106, pp. 581-99.

Pinto, A. Serpa (1881) - *Como eu atravessei África do Atlantico ao mar Indico*, 2 vol. Londres: Sampson Low, Marston, Searle, E Rivington, Editores.

Plan PAHIS 2004-2012 del Patrimonio Histórico de Castilla y León, Junta de Castilla y León Consejería de Cultura y Turismo.

Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale Do Douro, PDTVD 2007-2013, CCDRN.

Ramil Rego, P.; Taboada Castro, M. T.; Díaz-Fierros Viqueira, F; Aira Rodríguez, M.J (1996) - Modificación de la cubierta vegetal y acción antropica en la región del Minho (Norte de Portugal) durante el Holoceno, *Biogeografía Pleistocénica e Holocena de La Península Ibérica*, Xunta da Galicia, pp. 199-214.

Ruiz, Marta (1995-96) - Prehistoria y Arqueología Regional: El Noroeste Argentino, *ANMurcia*, 11-12, pp. 163-173.

Sánchez-Palencia , F. Javier (ed.) (2000). *Las Médulas (León). Una paisage cultural en la Asturia Augustana*, Diputación de León, Instituto Leonés de Cultura.

Silva, Armando Coelho da (2005) – Cultura Castreja – Arte Castreja, *Arte e Cultura na Galiza e Norte de Portugal – Arqueologia II*, Marina Editores, Vigo, pp. 11-57.

Taborin, Y. (1994) - *Environnements et habitats magdaléniens dans le centre du Bassin parisien*. DAF ; 43). Paris.

WAHL, Jurgen -(1986) -*Resultados das pesquisas arqueológicas do 4/8/86 a 10/11/86 na zona das minas de ouro romanas de Três Minas*. (Relatório dactilografado).

- (1988) -Tres Minas. Vorbericht Uber Die Archäologischen Untersuchungen im Bereich des Römischen Goldbergwerks 1986-87. *Madriider Mitteilungen*, 29, Madrid, 31-56.

- (1989) -Resultados das pesquisas arqueológicas efectuadas em 1988 e 1989, na zona da mineração romana de Três Minas de Jales (Relatório dactilografado).

VVAA (1996) - La Via PréHistorique, ed. Société PréHistorique Française, Faton, Dijon.